

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1.A presente licitação, realizada na modalidade Concorrência, tem por objeto a delegação onerosa de 300 (trezentas) permissões para operação de 04 (quatro) Redes de Serviço (RS) do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte na forma descrita neste Anexo;

1.2.A constituição de cadastro de reserva, composto de 30 (trinta) licitantes, observada a ordem de classificação.

1.2.1. A constituição de cadastro de reserva, durante o prazo de validade desta licitação destina-se à:

1.2.1.1.Manutenção do quantitativo de permissões delegadas.

1.2.1.1.1.Havendo extinção da delegação de uma Permissão dentro do prazo de validade desta licitação, será convocado novo Licitante, obedecida a ordem de classificação constante do cadastro de reserva para assumir o Serviço pelo restante do prazo de validade estabelecido para as Permissões.

1.2.1.2.Ampliação do número de permissões para atendimento de aumento de demanda do serviço.

1.3.As permissões são destinadas exclusivamente a pessoas físicas, sendo que, destas, 30 (trinta) Permissões são reservadas, preferencialmente, para Licitantes com Deficiência, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência, seus anexos e na legislação pertinente.

1.3.1.As vagas reservadas aos Licitantes com deficiência serão preenchidas considerando a ordem de classificação destes, sendo destinadas para este fim a 1ª (primeira), a 11ª (décima primeira) e a 21ª (vigésima primeira) posições na classificação final, e assim sucessivamente, na medida do surgimento de novas vagas no Sistema, obedecida a proporcionalidade legal.

### 2. DAS DEFINIÇÕES

Os termos, expressões, siglas e abreviaturas abaixo relacionados têm, para os efeitos desta licitação, os seguintes significados:

2.1. Adjudicatário: Licitante devidamente habilitada e classificada à qual se adjudica permissão contida no objeto do certame;

2.2. Agente de Liquidação: pessoa contratada pelos Permissionários, que realiza a liquidação das operações de comercialização dos cartões inteligentes de passagens, dos cartões de vale transporte, cartões de benefícios e dos créditos eletrônicos, responsabilizando-se pela custódia e distribuição dos valores apurados entre os Permissionários, a BHTRANS e o Fundo Garantidor de Contingências - FGC;

2.3. Auxiliar de bordo: agente de bordo responsável pela assistência aos usuários e cobrança da tarifa;

2.4. BHTRANS: Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A;

2.5. Caducidade: declaração de extinção da Permissão por inexecução total ou parcial do Serviço, caracterizada conforme as hipóteses do § 1º, Art. 38 da Lei 8.987/95, resultando na cassação do Registro de Condutor;

2.6. Câmara de Compensação de Resultados: mecanismo de compensação das receitas do Sistema entre os permissionários;

2.7. CPL: Comissão Permanente de Licitação, responsável pela condução do processo licitatório, nomeada pelo Presidente da BHTRANS;

- 2.8. CNH: Carteira Nacional de Habilitação;
- 2.9. CRLV: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo;
- 2.10. CRV: Certificado de Registro de Veículo (documento/recibo de transferência);
- 2.11. CTB: Código de Trânsito Brasileiro;
- 2.12. Condutor Auxiliar: motorista de atividade profissional, vinculado ao Permissionário e inscrito no cadastro de condutores do Serviço de Transporte Suplementar da BHTRANS;
- 2.13. Consórcio de Permissionários: consórcio formado pelos Permissionários para desempenhar as obrigações comuns necessárias à prestação dos serviços;
- 2.14. Delegação: ato pelo qual o Poder Público confere a pessoa privada atribuição que lhe compete por determinação legal;
- 2.15. DOM: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte;
- 2.16. Frota: número de veículos vinculados às permissões do Sistema delegadas pela BHTRANS, acrescido dos veículos da frota reserva;
- 2.17. Frota Reserva: número de veículos vinculados às permissões do Sistema delegadas pela BHTRANS, no quantitativo equivalente à 5% da frota, destinados a permitir a realização de serviços de manutenção programada e substituição temporária de veículos da frota, garantindo a continuidade e previsibilidade do serviço;
- 2.18. Fundo Garantidor de Contingências - FGC: condomínio dos Permissionários que detém recursos destinados a garantir a continuidade da prestação dos serviços, provenientes da contribuição instituída pelo Regulamento do STSP;
- 2.19. Gratuidade: Consiste no direito de utilização dos serviços sem a necessidade do pagamento das tarifas;
- 2.20. IQO: Índice de Qualidade Operacional dos permissionários;
- 2.21. Licitante: pessoa física que apresentar proposta para esta Concorrência;
- 2.22. Linha: unidade básica de prestação do serviço, composta por itinerário, frota, operadores, quadro de horários, ponto de controle e tarifa próprios;
- 2.23. Operadores: o Permissionário, o Condutor Auxiliar, o Auxiliar de Bordo e o Agente de Linha;
- 2.24. Permissão: ato administrativo discricionário, unilateral e precário pelo qual a BHTRANS delega a terceiros a execução do STSP nas condições estabelecidas em Edital Licitatório, no Regulamento ou em normas complementares;
- 2.25. Permissionário: pessoa física detentora de Permissão, cadastrada na BHTRANS;
- 2.26. Pessoa com Deficiência: pessoa que se enquadra nas categorias previstas na Lei Federal nº 7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999 e na Lei Municipal nº 9.078/2005;
- 2.27. Receita Operacional Bruta: receita tarifária obtida pela venda de passagens;
- 2.28. Regulamento: Regulamento do STSP;
- 2.29. Renúncia à Permissão: devolução voluntária da Permissão;
- 2.30. SITBUssup: Sistema Inteligente de Transporte do Suplementar;
- 2.31. STSP: Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte;

2.32. Sistema: Sistema de Transporte Público Suplementar do Município de Belo Horizonte;

2.33. Usuário: indivíduo que utiliza o STSP;

2.34. Vaga: unidade de Delegação mediante Permissão;

2.35. Termo de Permissão: Contrato de adesão de Permissão, que estabelece as obrigações, os direitos e as responsabilidades das partes para a execução do STSP.

### **3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Esta licitação é aberta a pessoa física que queira prestar o STSP por meio de Permissão no Município de Belo Horizonte.

3.2. Para serem considerados habilitados a executar o STSP, os Licitantes deverão cumprir as exigências deste Termo de Referência e da legislação pertinente.

3.3. A participação nesta Concorrência implica o reconhecimento pelos Licitantes de que conhecem, atendem e se submetem a todas as cláusulas e condições do, bem como às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 8.987/95 e suas alterações e demais normas complementares que disciplinam a presente licitação e integram o ajuste correspondente.

3.4. Do servidor ou empregado de qualquer dos Poderes da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que eventualmente participar desta licitação, será exigida prova do prévio desligamento (exoneração/demissão) como condição para a celebração do Termo de Permissão, quando o Adjudicatário firmar declaração de extinção e/ou inexistência de outro vínculo com a Administração Pública, sob as penas da lei e da perda do direito à Permissão.

3.5. Não será permitida a participação nesta licitação de empregados e terceirizados da BHTRANS.

3.6. Não será admitida a participação de Licitante Pessoa Física ex-Permissionário, ex-autorizatório, ex-Conductor Auxiliar, ex-acompanhante, ex-Agente/Auxiliar de Bordo ou ex-Operador de transporte público que teve seu registro cassado até 5 (cinco) anos antes da data de publicação do Edital.

3.7. O Licitante detentor de autorização, permissão ou concessão de serviço público poderá participar e, se convocado, deverá apresentar, junto à documentação exigida para cadastro sob pena de desclassificação e sem prejuízo das demais sanções legais, a renúncia da Delegação anterior, demonstrada mediante certidão expedida pelo delegante.

3.8. O Licitante deverá possuir, até a data-limite para entrega da proposta, CNH categoria “D” ou “E” constando no campo “Observações” a expressão “Exerce atividade remunerada” ou equivalente, aposta pelo DETRAN.

3.9. É vedada a participação na licitação de pessoa:

3.9.1. sob processo de insolvência civil;

3.9.2. suspensa temporariamente de licitar e/ou impedida de contratar, ambas com a Administração Municipal de Belo Horizonte ou quaisquer de seus órgãos e entidades descentralizadas, e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública em quaisquer das esferas da Federação;

3.9.3. aposentada por invalidez.

3.10. Verificada a ocorrência de quaisquer dos casos previstos nos subitens anteriores durante o presente procedimento licitatório ou posteriormente ao mesmo, o Licitante/Permissionário será desclassificado ou terá sua Permissão extinta, conforme o caso, assegurado o direito a ampla defesa.

3.11. Em atendimento ao Inciso I do Art. 59 da Lei Municipal 9.078/2005, a BHTRANS convocará, para realização de perícia médica visando à comprovação da deficiência declarada no Laudo Médico apresentado na licitação, considerando o enquadramento da deficiência em pelo menos uma das normas legais vigentes e, ainda, a capacidade física para a prestação do serviço objeto deste Termo

de Referência.

3.11.1.A desistência ou o não comparecimento à perícia médica ou a não aprovação do Licitante Portador de Deficiência pelo perito implica a inabilitação deste Licitante.

#### **4. DAS NORMAS GERAIS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

4.1.O STSP será prestado em itinerários organizados na forma de linhas operadas pelo Consórcio de Permissionários selecionados mediante processo licitatório, bem como pelos Condutores Auxiliares, Agentes de Bordo e Agentes de Linha a eles vinculados, obedecendo aos critérios de qualidade, segurança, continuidade, regularidade, eficiência, generalidade, atualidade e modicidade das tarifas, conforme disposições do Regulamento do STSP.

4.2.O serviço será operado em Linhas compostas por itinerário, frota, operadores, quadro de horários, tarifa, ponto de controle próprios todos definidos pela BHTRANS.

4.3.É função precípua do Permissionário a prestação direta do serviço, cabendo ao seu Condutor Auxiliar complementar e dar continuidade ao seu trabalho.

4.4.Em face das necessidades dos serviços ou devido a razões de interesse público, a BHTRANS poderá determinar a criação, extinção ou fusão de linhas, alteração de itinerários, de quadro de horários, mudança de veículo de linha, mudança da linha de operação da permissão ou quaisquer outros aspectos operacionais, respeitados os critérios de classificação previstos neste certame e as disposições do Regulamento do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte.

4.5.Respeitado o processo licitatório, cada Permissionário deterá uma única Permissão, à qual será vinculado um único veículo.

4.6.Os veículos a serem incluídos no Sistema por meio desta licitação deverão ser licenciados no Município de Belo Horizonte, na categoria Aluguel.

4.7.Os Permissionários, os Condutores Auxiliares, os Agentes de bordo e os Agentes de Linha serão cadastrados na BHTRANS para a operação no Sistema.

4.8.Serão cobrados dos Operadores os valores de remuneração dos serviços prestados pela BHTRANS, conforme definido no Regulamento do STSP.

4.9.Os usuários do Serviço Suplementar deverão ter ampla facilidade de acessibilidade espacial e, para tanto, todas as linhas do Serviço Suplementar poderão ser integradas tarifariamente entre si, por meio de integração temporal, podendo também haver integração com os outros modos e serviços de transporte do Município e Região Metropolitana.

4.10.A BHTRANS regulamentará os parâmetros de integração e os complementos tarifários para cada par de integração.

#### **5. DO PRAZO**

O prazo de vigência das Permissões delegadas por meio desta Concorrência Pública é até a data de 14 de novembro de 2028, sendo este prazo o referencial máximo para a prestação do STSP, não garantindo para o Permissionário direito a indenização em caso de extinção da Permissão.

#### **6. DO VALOR DA OUTORGA**

6.1. O valor da outorga fixado para esta licitação é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por Permissão, pelo período de vigência.

6.2. O pagamento da outorga poderá ser efetuado em até 60 (sessenta) parcelas iguais e mensais, corrigidas anualmente pelo IPCA, devendo o primeiro pagamento ser realizado no ato de assinatura do Termo de Permissão e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes ao início da operação dos serviços, sob pena de extinção da Permissão.

6.3. Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer parcela por culpa do Permissionário, o valor devido será corrigido à razão de 1% (um por cento) ao mês, pro-rata-die, no período compreendido entre o vencimento e o efetivo pagamento.

6.4. Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento de qualquer parcela, será antecipado automaticamente o vencimento das demais parcelas, sem prejuízo de eventuais atualizações pelo IPCA, multa de 2% (dois por cento), cobrança judicial e demais cominações legais, sob pena de extinção da permissão.

6.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante depósito na conta corrente da BHTRANS, em conta a ser indicada no ato da assinatura do Termo de Permissão.

6.5.1. Os depósitos deverão ser identificados em nome do Permissionário.

6.5.2. A BHTRANS poderá alterar, a qualquer momento, a forma de pagamento das parcelas.

6.5.3. Em caso de extinção da Permissão, o valor pago pela mesma não será devolvido pela BHTRANS.

## **7. DO CONSÓRCIO DE PERMISSIONÁRIOS**

7.10. O Permissionário obriga-se a constituir, em conjunto com os demais Permissionários, até o início da prestação dos Serviços, o Consórcio de Permissionários que terá, necessariamente, as seguintes incumbências:

7.10.1. Criação, coordenação, controle e execução da Câmara de Compensação de Resultados

7.10.2. Constituição do Fundo Garantidor de Contingências - FGC;

7.10.3. Contratação do Administrador do FGC;

7.10.4. Contratação do Agente de Liquidação;

7.10.5. Implantação e operação do SITBusSup.

7.11. O ato de constituição do Consórcio de Permissionário deverá conter, pelo menos, as seguintes normas, sem prejuízo de outras estabelecidas pelo Regulamento do STSP e pela vontade das partes:

7.11.1. Regras para repartição das receitas das tarifas, alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados que, pela sua natureza, decorram de atividades desenvolvidas direta ou indiretamente pelo Consórcio de Permissionários;

7.11.2. Indicação de um Permissionário líder que necessariamente represente o Consórcio de Permissionários perante a BHTRANS, com poderes expressos para dar quitação, transigir, firmar ou modificar acordos e dispor ou renunciar a direitos;

7.11.3. Responsabilidade solidária entre os Permissionários perante a BHTRANS e os Usuários;

7.11.4. Anuência quanto a submissão aos procedimentos de fiscalização e auditoria a serem realizados pela BHTRANS.

7.11.5. Dever de manter a BHTRANS permanentemente informada a respeito seus fornecedores.

## **8. DA REMUNERAÇÃO E VIABILIDADE ECONÔMICA DO SERVIÇO**

8.10. O STSP será remunerado pela receita arrecadada por meio da cobrança da tarifa dos Usuários pagantes, bem como por outras fontes de receita autorizadas e regulamentadas pela BHTRANS.

8.11. Será observado o direito às gratuidades e descontos previstos na legislação e no Regulamento do STSP.

8.12. A BHTRANS determinará a política tarifária a ser implantada no Serviço de Transporte

Suplementar da BHTRANS, inclusive o valor das tarifas do Sistema Suplementar conforme descrito no Anexo IV.

8.13.As tarifas apresentadas no Anexo II, são reconhecidas pelos Licitantes como referencial para a adequada remuneração pela prestação do serviço objeto da presente licitação.

8.14.A tarifa, os critérios e a periodicidade de sua atualização serão estabelecidos pela BHTRANS, de conformidade com a política tarifária, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes a respeito do equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Permissão.

## **9. DO IQO – ÍNDICE DE QUALIDADE OPERACIONAL**

9.10.IQO: O Índice de Qualidade Operacional dos Permissionários é um índice apurado pela BHTRANS, e que leva em consideração os seguintes fatores:

9.10.1.Autuações e notificações;

9.10.2.Índice de reprovação na vistoria;

9.10.3.Cumprimento das viagens especificadas;

9.10.4.Reclamações dos usuários.

9.11.A remuneração pelo IQO se faz por permissionário com base no IQO dos últimos três meses e a sua comparação com o IQO médio do sistema nos últimos três meses.

9.12.O método para cálculo do IQO está descrito no Anexo V.

## **10. DO FUNDO GARANTIDOR DE CONTINGÊNCIAS - FGC**

10.10. O FGC deverá seguir as regras estabelecidas no presente instrumento, sem prejuízo de outras avençadas pelos Permissionários que não se mostrem contraditórias com o aqui fixado.

10.10.1.Toda e qualquer regra destinada ao funcionamento, gestão e acionamento do FGC deverá ser aprovada por decisão unânime dos Permissionários e da BHTRANS.

10.11.Os Permissionários remeterão cópia de todos os atos de constituição, alteração, administração e prestação de contas do FGC para a BHTRANS que os tornarão públicos, ressalvados os dados protegidos pelo sigilo bancário.

10.12.As regras a respeito da assembleia geral do FGC deverão prever obrigatoriamente a participação de representantes da BHTRANS e de quem este eventualmente indicar.

10.13.O FGC terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos quotistas.

10.13.1.O FGC não responderá pelas obrigações de seus quotistas, ressalvado o disposto na subcláusula 11.9.

10.14.Serão quotistas do FGC apenas os Permissionários.

10.15.O patrimônio do FGC será formado pelo aporte do montante de 1% (um por cento) do valor da Receita Operacional Bruta obtida pelos Permissionários por meio da exploração do Serviço, a partir do 7º mês de operação, bem como pelo resultado da aplicação desses valores no mercado financeiro.

10.15.1.As transferências serão realizadas de modo a se individualizar a contribuição de cada Permissionário para o FGC.

10.15.2.A transferência ao FGC deverá ser efetuado até o quinto dia útil do mês seguinte ao mês de apuração da receita, por meio de repasse a ser efetuado pelo Agente de Liquidação e, se necessário, diretamente pelos Permissionários.

10.16.O valor unitário inicial das quotas será determinado pela assembleia geral do FGC.



10.16.1.A cada aporte realizado pelos Permissionários o FGC anotarà o acréscimo de quotas cujo valor total encontra-se reservado para utilização nos termos do presente Termo de Permissão.

10.16.2.Todos os rendimentos ou perdas financeiras dos valores aportados no FGC, bem como seus custos de administração serão considerados proporcionalmente para a determinação do valor unitário atualizado das quotas.

10.17.Salvo a hipótese prevista na subcláusula 11.9, os valores aportados no FGC e seus respectivos rendimentos somente serão sacados pelos Permissionários com a extinção da Permissão, após a liquidação de todas suas obrigações, inclusive eventuais indenizações, perante a BHTRANS, observada a proporcionalidade de quotas remanescente.

10.18.Os recursos do FGC serão destinados única e exclusivamente ao pagamento de indenizações devidas ou tituladas pelo Permissionário ou pela BHTRANS em razão da Revisão do Termos de Permissão ou de sua extinção.

10.19.Na execução da Revisão do Termos de Permissão, por meio da utilização dos recursos do FGC, poderão ser utilizados valores superiores aos correspondentes às quotas integralizadas pela Permissionário credora ou devedora da respectiva indenização.

10.19.1.Os valores decorrentes da execução da Revisão do Termos de Permissão serão deduzidos do montante geral dos recursos do fundo.

10.19.2.As quotas de cada Permissionário serão proporcionalmente reduzidas em função da dedução de que trata a subcláusula anterior.

10.20.O FGC será administrado, gerido e representado, judicial e extrajudicialmente, pelo Administrador do FGC.

10.20.1.Competirá ao Administrador do FGC, sem prejuízo de outras atribuições que se mostrarem necessárias ao desenvolvimento de suas funções, desde que compatíveis com o presente Termo de Permissão:

10.20.1.1.Administrar os ativos do FGC;

10.20.1.2.Manter custodiados os recursos do FGC;

10.20.1.3.Concretizar a política de investimentos fixada pela assembleia geral do FGC, zelando pela segurança do capital investido, maximização de sua rentabilidade e liquidez;

10.20.1.4.Representar o FGC, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

10.20.1.5.Processar o pagamento de indenizações fruto da Revisão dos Termos Permissão, desde que:

10.20.1.5.1.Deferido pela BHTRANS, no caso de reequilíbrio em favor de Permissionário;

10.20.1.5.2.Determinado pela BHTRANS, em decisão definitiva, motivada e precedida do exercício do direito de defesa pela Permissão, no caso de reequilíbrio em favor da BHTRANS;

10.20.1.5.3.Obrigado por decisão judicial.

10.21.A remuneração do Administrador do FGC pelos serviços de administração e gestão do FGC será paga pelo Consórcio de Permissionários, não existindo qualquer obrigação de pagamento pelo A BHTRANS.

10.21.1.A remuneração do Administrador do FGC poderá se dar por qualquer modalidade legalmente aceita, inclusive por meio da compensação de seu montante em eventuais ganhos financeiros gerados pelos recebimentos do FGC.

10.21.2.Com exceção da remuneração de que trata a subcláusula anterior, será vedado ao Administrador do FGC, bem assim às suas controladas, coligadas e fundos por elas geridos, receber qualquer vantagem ou benefício direto ou indireto, relacionado às atividades do FGC.

10.21.3.A formalização do contrato entre o Consórcio de Permissionários e o Agente de Liquidação e de eventuais aditivos dependerá da aprovação prévia da BHTRANS e de quem este eventualmente indicar, os quais figurarão como intervenientes e anuentes da avença, podendo fiscalizar as ações de todos os envolvidos.

10.22.O prazo de duração do FGC será o mesmo do presente Termo de Permissão.

10.23.A natureza e as finalidades do FGC não poderão ser alteradas e as normas referentes à sua organização e funcionamento constantes do presente Termo de Permissão não poderão ser contrariadas pela sua posterior regulamentação.

## **11. DA(S) GARAGEM(NS)**

11.10.Os Permissionários, associados no Consórcio de Permissionários, deverão disponibilizar uma ou mais estruturas de garagem com:

11.10.1.Pátio de estocagem;

11.10.2.Áreas de manutenção e lavagem de veículos;

11.10.3.Almoxarifados;

11.10.4.Áreas de circulação;

11.10.5.Escritórios;

11.11.A(s) garagem(ns) deverão apresentar:

11.11.1. Condições mínimas de segurança dos pisos,

11.11.2.Condições de conforto para os empregados nas áreas de trabalho; refeitórios, vestiários e instalações sanitárias;

11.11.3.Tratamento adequado de modo a conter propagação de ruídos, gases e dejetos para áreas circunvizinhas;

11.11.4.Espaços adequados para manutenção da frota de veículos, com valas nas dimensões apropriadas, iluminação e acabamento que garantam a segurança dos empregados;

11.11.5.Estrutura e equipamentos adequados para manutenção, lavagem e abastecimento da frota de veículos.

11.11.6.Interligação com sistema de coleta e transmissão de dados em conformidade com o regulamento do SITBusSup.

11.12.O Permissionário obriga-se a disponibilizar, em conjunto com os demais Permissionários, a(s) estrutura de garagem(ns) conforme disposições do Regulamento do STSP em até 12(doze) meses após o início da prestação dos serviços.

## **12. DA FROTA RESERVA**

12.10.Os Permissionários, associados no Consórcio de Permissionários, deverão disponibilizar como Frota Reserva, um número de veículos vinculados às permissões do Sistema delegadas pela BHTRANS, igual à 5% da frota, destinados a permitir a realização de serviços de manutenção programada e substituição temporária de veículos da frota, garantindo a continuidade e previsibilidade do serviço.

12.11.A frota reserva deverá ser disponibilizada de acordo com a escala abaixo:

12.11.1.5 veículos a partir do 6º mês

12.11.2.5 veículos a partir do 12º mês



12.11.3.5 veículosa partir do 18º mês

12.12.Os veículos da frota reserva poderão ter idade até 03 anos, apurada quando da disponibilização da frota conforme previsto no Regulamento do STSP.

12.13.O Permissionário obriga-se a disponibilizar, em conjunto com os demais Permissionários, a frota reserva em até 6(seis) meses após o início da prestação dos SERVIÇOS.

### **13. DA ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO**

O Veículo a ser utilizado na prestação do STSP deverá atender ao disposto no Regulamento do STSP, no Manual de Identidade Visual e no Padrão Técnico dos Veículos.

### **14. DO SITBusSUP SISTEMA INTELIGENTE DE TRANSPORTE DO SUPLEMENTAR**

O Sistema adotará o SITBusSUP Sistema Inteligente de Transporte do Suplementar, conforme descrito no Anexo VI e disposições do Regulamento do STSP.